



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Antônio de Macedo Mota Junior (1); Henderson Carvalho Torres (2)

(1) Universidade do Estado da Bahia (UNEB), antoniomacedojr@gmail.com

(2) Universidade do Estado da Bahia (UNEB), hendersontorres@uol.com.br

Resumo: O trabalho aborda o contexto histórico da educação superior no Brasil, no que diz respeito a sua origem e expansão. Este estudo exploratório-descritivo, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental para caracterizar o surgimento e a expansão das universidades, contextualizando a origem dessas instituições na Europa, nas Américas e no Brasil, bem como a expansão da oferta de ensino superior no país. Os resultados evidenciam uma inserção extremamente tardia das universidades no país, apesar do histórico de ensino superior desde o Brasil Colônia, bem como um cenário de resistências à criação dessas instituições até o ano de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Além disso, nos últimos anos, houve significativa expansão da educação superior, principalmente pela iniciativa privada, a partir do período de Ditadura Militar, sendo bem mais lenta no setor público.

Palavras-Chave: Educação Superior, História das Universidades, Ensino Público e Privado.

INTRODUÇÃO

A educação superior alvoreceu há bastante tempo e vem evoluindo, gradativamente, em algumas regiões do mundo de forma mais acelerada e em outras de maneira mais lenta. Por outro lado, é perceptível a olhos mais atentos, que o estabelecimento de instituições de educação superior (IES) em determinadas regiões, especialmente na Europa, favoreceu ao longo do tempo, o desenvolvimento dos países que perceberam essa premissa e atuaram no sentido de estabelecer a educação superior em seu território (ROMUALDO, 2012).

Uma análise do período compreendido entre os séculos XI e XIV, na Europa, demonstra que o continente foi fortemente influenciado pela crise do modelo feudal, além de inúmeras outras crises sociais, políticas e econômicas; e tais eventos influenciaram significativamente na constituição das IES, com a finalidade de atender, principalmente, aos interesses dos burgueses, relacionadas às atividades comerciais e econômicas que começavam a se desenvolver (ROMUALDO, 2012).

No Brasil, as atividades no campo da educação superior iniciaram na Bahia, no século XVI, durante o período colonial. Contudo, a criação de universidades no país deu-se tardiamente, somente em 1920 é que emerge a primeira universidade brasileira. A história nos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

revela que a inserção das universidades brasileiras foi tardia, mesmo se comparada com a de países da América Latina.

Nas Américas, o período de colonizações permitiu o surgimento das primeiras universidades nos países povoados pela Espanha ainda no século XVI e pela Inglaterra no século XVIII, em contraste com colonização portuguesa no Brasil, que jamais permitiu o estabelecimento de tais instituições por aqui, em função da estratégia de direcionar as elites brasileiras à universidade de Coimbra em Portugal (ROMUALDO, 2012).

A criação de universidades no Brasil, sempre enfrentou resistência da Coroa Portuguesa e, nesse sentido, todos os esforços empreendidos para a criação dessas instituições foram malogrados, com o intuito de coibir quaisquer sinais de independência cultural ou política da colônia (FÁVERO, 2000).

De acordo com Teixeira (1968), a resistência à ideia da universidade no Brasil revela-se paradoxal, pois essas instituições não foram criadas no período colonial, nem nos períodos monárquicos que mantiveram a relutância. A República continuou essa tradição, estimulando escolas agrícolas, liceus de artes e ofícios e, posteriormente, o ensino técnico-profissional (TEIXEIRA, 1968).

Desse modo, somente a partir de 1940 foram rompidas as barreiras e a educação superior se expandiu de maneira inesperada, principalmente nas capitais, e, predominantemente, nas regiões Sul e Sudeste do país. Consequentemente, diversificaram-se iniciativas de Estados e Municípios com a criação de universidades, para amenizar, principalmente, a ausência da oferta de ensino superior nas regiões interioranas (BARBOSA; COSTA; COSTA, 2013).

Nesse sentido, este artigo aborda o histórico da educação superior no Brasil, como o objetivo de caracterizar a origem e a expansão dessa importante área no país, contextualizando com o surgimento das primeiras universidades na Europa e nas Américas.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste estudo, valemo-nos da pesquisa exploratório-descritiva, utilizando-se, como procedimentos, da pesquisa bibliográfica e da documental.

Segundo Gil (2007), uma característica marcante na pesquisa exploratória é a interpretação dos fenômenos, uma vez que, visa proporcionar maior familiaridade e o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

aprimoramento de ideias, tornando o problema mais explícito, no nosso caso a caracterização da origem e expansão da educação superior no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa descritiva visa à descrição das características de determinado fenômeno (GIL, 2007). Dessa forma, para Richardson (2012), os estudos exploratórios são empregados, justamente, quando se deseja descrever as características de um fenômeno.

Valemo-nos, também, da pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Lakatos e Markoni (2010, p. 142), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Portanto, fez-se necessário a investigação e utilização dos principais autores dessa área.

Ademais, para Laville e Dionne (1999), o termo documental significa que a fonte de informações já existe. Portanto, essa fonte de informação resume-se em agregar dados de documentos, descrevendo ou transcrevendo o seu conteúdo, além de uma inicial ordenação de informações para seleção daquelas mais pertinentes. Para tanto, utilizamos a base de dados do Censo da Educação Superior (CES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A universidade é instituição medieval, que tem como finalidades: o ensino articulado com a pesquisa; a formação de profissionais para as diversas carreiras; e a extensão universitária ou cultural. Portanto, essa instituição social forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades demandam (WANDERLEY, 2003).

Nesse cenário, o surgimento das universidades na Europa deu-se no final do século XI, mais especificamente em Bolonha, na Itália (1088). A Universidade de Bolonha emerge em um contexto de desenvolvimento e surgimento de outras instituições educacionais episcopais, monásticas e particulares, as quais ensinavam Direito àquela época (SIMÕES, 2013).

Considerada, por alguns historiadores, como a segunda universidade a ser criada, a Universidade de Oxford (Inglaterra, 1096) teve seu início no final do século XI. Por outro lado, outros historiadores consideram a Universidade de Paris (França, 1170), surgida no início do século XII. No século XIII, surgem diversas universidades espalhadas pela Europa,



contudo é a partir dos séculos XIV e XV, que acontece uma expressiva expansão dessas instituições por toda a Europa e por outras regiões ao redor do mundo (SIMÕES, 2013).

Tabela 01: Primeiras universidades europeias

Universidade	Ano de criação	Cidade	País
Bolonha	1088	Bologna	Itália
Oxford	1096	Oxford	Inglaterra
Paris	1170	Paris	França
Módena	1175	Módena	Itália
Cambridge	1209	Cambridge	Inglaterra
Salamanca	1218	Salamanca	Espanha
Montpellier	1220	Montpellier	França
Pádua	1222	Pádua	Itália
Nápoles	1224	Nápoles	Itália
Toulouse	1229	Toulouse	França
Siena	1240	Siena	Itália
Múrcia	1272	Múrcia	Espanha
Coimbra	1290	Coimbra	Portugal
Praga	1348	Praga	República Checa
Viena	1365	Viena	Áustria
Complutense de Madrid	1499	Madrid	Espanha

Fonte: BENINCÁ, 2011.

Ainda nesse contexto, as primeiras universidades instaladas fora do continente europeu surgiram na América Espanhola. A Universidade de Santo Domingo, criada em 1538 (hoje República Dominicana), é considerada historicamente a primeira universidade das Américas (GOMES, 2006; ROMUALDO, 2012).

Tabela 02: Primeiras universidades nas Américas

Universidade	Ano de criação	Cidade	País
Santo Domingo	1538	Santo Domingo	Republica Dominicana
Nacional Mayor de San Marcos	1551	Lima	Peru
Nacional Autónoma do México	1551	Cidade do México	México
Córdoba	1613	Córdoba	Argentina
Harvard	1636	Boston	Estados Unidos
Yale	1701	New Haven	Estados Unidos
Universidade de Havana	1728	Havana	Cuba
Princeton	1746	Nova Jersey	Estados Unidos

Fonte: ROMUALDO, 2012.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

De acordo Wanderley (2003), as universidades foram instaladas nas colônias americanas da Espanha desde o início do século XVI, diferentemente de Portugal. Assim, o sistema universitário foi trazido pela metrópole espanhola, criando essas instituições no México, Cuba, Guatemala, Peru, Chile e Argentina etc. Por outro lado, no Brasil, o sistema implantado foi fragmentado em escolas de nível superior (WANDERLEY, 2003).

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, o ensino superior era ministrado no Brasil, nos colégios jesuítas, espalhados pelo país, e tinham como finalidade, qualificar as elites agrárias e a classe dominante das metrópoles da colônia, bem como, ao mesmo tempo, alcançar os seguintes objetivos básicos: formar padres para a atividade missionária na colônia, e prover os quadros necessários ao aparelho repressivo dominante da metrópole (Souza, 1996).

Tabela 03: Cursos superiores criados nos colégios jesuítas no Brasil Colônia.

Curso	Ano da criação	Localização do colégio
Artes	1572	Bahia
Filosofia	1638	Rio de Janeiro
Cursos Superiores	1687	Olinda
Teologia e Artes	1688	Maranhão
Artes	1695	Pará
Filosofia e Teologia	1708	São Paulo
Filosofia e Teologia	1753	Mariana

Fonte: CUNHA, 2002

Cabe destacar que à época de sua expulsão do país, em 1759, os jesuítas já haviam fundado na colônia, cerca de dezessete colégios com alguma modalidade de ensino superior. Entretanto, para aqueles que não se interessavam pelo sacerdócio, o caminho era o das universidades europeias, especialmente a Universidade de Coimbra.

Desse modo, o Brasil iniciou tardiamente o processo de instalação de suas primeiras IES, que só vieram a se materializar com a transmigração da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808; o que possibilitou a criação dos primeiros cursos superiores com caráter profissionalizante no país, a saber: o Curso Médico de Cirurgia na Bahia; e, no mesmo ano, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, no Rio de Janeiro (LOPES, 2002).

Ademais, dois anos mais tarde (1810), por meio de uma Carta Régia, foi instituída a Academia Real Militar no Rio de Janeiro, instituição que posteriormente se transformou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2000). Também merece destaque, a criação dos primeiros cursos jurídicos em São Paulo e Olinda no ano de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

1828, com o intuito de defender fundamentalmente o estado e não a cidadania (SOUZA, 1996).

Segundo Sampaio (1991), ao longo do período entre a chegada da Família Real ao país, em 1808, e a Proclamação da República em 1889, o sistema de ensino superior no Brasil, se desenvolveu lentamente, em compasso com rasas transformações econômicas e sociais da sociedade brasileira. E o propósito do sistema era assegurar um diploma profissional de nível superior que propiciava ao seu detentor, o acesso a posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente, além de assegurar o devido prestígio social (MARTINS, 2002).

No período seguinte, que compreende os anos de 1890 até 1910, houve um processo mais dinâmico, quando foram criadas 27 escolas superiores: sendo nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia e três de Agronomia (CUNHA, 2010).

A independência do Brasil não mudou esse cenário. Os dirigentes da época não vislumbravam vantagens na criação de universidades, prevalecendo o modelo vigente de formação profissional superior em faculdades isoladas. Mesmo a despeito de diversos projetos para criação de universidades serem apresentados ao longo do período monárquico brasileiro, merecendo destaque para dois desses, em particular: na ocasião da constituinte de 1823 e às vésperas da proclamação da república em 1889. Ambos foram aprovados pela assembleia, porém, inutilmente; no primeiro caso, D. Pedro I dissolveu a constituinte e no segundo, D. Pedro II caiu com o Império antes de homologar a decisão parlamentar (SAMPAIO, 1991).

A República continuou a tradição de resistência, pois os líderes políticos da Primeira República (1889-1930) consideravam a universidade, uma instituição medieval e moldada às demandas do Velho Continente, ou seja, era antiquada e obsoleta às necessidades do Novo Mundo (OLIVEN, 2002).

De acordo com Cunha (2010), a primeira universidade criada no Brasil, objetivamente com essa nomenclatura, foi a Universidade de Manaus, no estado do Amazonas, em 1909. Essa instituição contava com cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, além de cursos de formação de oficiais da Guarda Nacional. Entretanto, com o declínio na exploração da borracha, em 1926, restou apenas a Faculdade de Direito, que posteriormente foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas no ano de 1962.

A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira instituição brasileira que se firmou efetivamente como tal, sendo criada pelo Estado brasileiro com chancela governamental, que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

conferia segurança e validade aos seus diplomas em todo o território nacional, em 1920 (BOAVENTURA, 2009). Vale destacar que, na visão de alguns estudiosos, a motivação principal para a criação dessa universidade, teria sido a necessidade diplomática de conceder o título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica em visita ao país (SOUZA, 1996).

Em 1927, o governo do Estado de Minas Gerais criou a Universidade de Minas Gerais, utilizando-se do critério da aglutinação das faculdades de Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte. Diferente da Universidade do Rio Grande do Sul, que se estabeleceu a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que em 1928, possuía 11 institutos ligados à formação de engenheiros e químicos (SOUZA, 1996).

A Universidade de São Paulo surge em 1934, a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com orientação própria e grande autonomia. Teve seu início marcado pela resistência das elites paulistas ao governo central no Rio de Janeiro (SAMPAIO, 1991). Segundo Lopes (2002, p. 77), a “USP trouxe um vendaval de renovação, tendo como peça fundamental a contratação de Professores na Europa”.

Entre os anos de 1931 e 1945 do governo Vargas, teve lugar uma intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação no país. Em busca de apoio ao regime, o governo ofereceu à Igreja a introdução do ensino religioso, facultativo no ciclo básico da educação, o que acabou ocorrendo de fato a partir de 1931. Entretanto, as ambições da Igreja Católica eram ainda maiores e isso culminou com a iniciativa da igreja em criar as suas próprias universidades na década seguinte (MARTINS, 2002).

Em 1935, Anísio Teixeira inicia as discussões para a necessidade de se constituir uma nova universidade brasileira, que não fosse apenas um ajuntamento de faculdades, mas sim, um centro de debates livres de ideias. O que foi duramente combatido pela chegada da ditadura do Estado Novo, em 1937 (ROMUALDO, 2012).

De acordo com Fávero (2000), graças aos esforços de Anísio Teixeira, foi fundada no Rio de Janeiro, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF) e, apesar de ter existido por um período inferior a quatro anos, marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovadora com que a experiência se desenvolveu. Cabe à observação que, desde o início de suas atividades, mesmo enfrentando grandes obstáculos, essa instituição se apresenta “não somente com uma definição precisa e original do sentido e das funções da universidade, mas também prevê os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos” (FÁVERO, 2000, p. 25).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A partir de 1945, o ensino superior no Brasil passou a ser constantemente criticado em função de uma nova ideologia desenvolvimentista instalada no país, que acabou por impulsionar a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em 1947, no Rio de Janeiro e, posteriormente, transferido para São José dos Campos, em São Paulo (SOUZA, 1996).

Em 1961, a Universidade de Brasília (UnB) foi criada, a partir de um projeto capitaneado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, logo após a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. A UnB foi concebida dentro de um projeto integrado, moderno e voltado à investigação científica, constituindo-se como a universidade mais moderna do país naquele momento (BOTONNI *et al*, 2013). Entretanto, segundo Souza (1996), a reforma universitária, produzida pela ditadura militar em 1968, interviu nessa universidade, que acabou por abortar a implantação de seu projeto inovador.

A reforma universitária de 1968 propiciou uma significativa expansão do ensino superior no país, além estabelecer a inserção de incentivos à pós-graduação articulada à carreira docente e instituir algumas linhas de financiamento às pesquisas científicas e tecnológicas, principalmente nas universidades públicas, que possuíam maior representação até aquele momento. Contudo, no decorrer da década de 1980, surge um número expressivo de instituições privadas; fenômeno intensificado ainda mais na década de 1990, promovendo uma completa mudança no panorama do ensino superior no país (PIMENTA, 2007).

Dentre as várias distinções constantes na educação superior do Brasil, quando se observa as categorias do ensino público e privado, uma instituição pode se diferenciar de outra em muitos aspectos formais. A partir da natureza institucional ou administrativa, as IES podem classificar-se como: universidades, centros universitários, faculdades integradas ou estabelecimentos isolados. E na questão da dependência administrativa, elas podem ser públicas (federais, estaduais e municipais), privadas ou confessionais (MIRANDA, 2013).

As últimas décadas foram marcadas por forte expansão do setor privado na educação superior brasileira, em detrimento de redução ainda que relativa no setor público, que cresceu em ritmo bem mais lento. O quadro das esferas administrativas de vínculo institucional, na última década, demonstra certa distância das necessidades educacionais da sociedade, o que oferece espaço para a iniciativa privada, como pode ser observado nas Tabelas 04 e 05.

Além do aumento significativo no número de IES nos últimos anos, destaca-se, sobremaneira, o quantitativo de cursos superiores no país, principalmente no setor privado, a fim de atender uma demanda crescente da sociedade, como se evidencia na Tabela 05:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Tabela 04 – Evolução do Número de IES no Brasil segundo a Categoria Administrativa – 2005-2014

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2005	2.165	97	75	59	1.934
2006	2.270	105	83	60	2.022
2007	2.281	106	82	61	2.032
2008	2.252	93	82	61	2.016
2009	2.314	94	84	67	2.069
2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2.416	103	116	85	2.112
2013	2.391	106	119	76	2.090
2014	2.368	107	118	73	2.070

Fonte: BRASIL/MEC/INEP.

Tabela 05 – Evolução do Número de Cursos* de Graduação no Brasil por Categoria Administrativa – 2005-2014

Ano	Total de Cursos	Federal	Estadual	Municipal	Total Pública	Total Privada
2005	20.407	2.449	3.171	571	6.191	14.216
2006	22.101	2.785	3.188	576	6.549	15.552
2007	23.488	3.030	2.943	623	6.596	16.892
2008	25.366	3.460	2.933	660	7.053	18.313
2009	28.671	4.647	3.245	736	8.628	20.043
2010	29.507	5.326	3.286	633	9.245	20.262
2011	30.420	5.691	3.359	783	9.833	20.587
2012	31.866	5.978	3.679	1.248	10.905	20.961
2013	32.049	5.968	3.656	1.226	10.850	21.199
2014	32.878	6.177	3.781	1.078	11.036	21.842

Fonte: BRASIL/MEC/INEP.

*De 2005 a 2007, somente cursos presenciais. De 2008 a 2014, todos os cursos (presenciais e a distância).

Chama atenção também, o crescente número de faculdades isoladas, em detrimento do número de Universidades e Centros Universitários no Brasil, o que estimula a reflexão que há uma priorização do ensino em detrimento da pesquisa científica, tão importante para o desenvolvimento do país, conforme se observa na Tabela 06:

Segundo Cunha (2002), as inúmeras transformações ocorridas no sistema de educação superior no país, durante as últimas décadas, fazem parte de um processo de modernização da sociedade que atinge vários países, quando os segmentos médios da sociedade tornam-se significativos e os sistemas educacionais não conseguem atender a essa nova demanda, em função de suas limitações estruturais.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Tabela 06 – Evolução do Número de IES no Brasil segundo a Organização Acadêmica – 2005-2014

Ano	Total	Universidade	Centro Universitário	Faculdade	IF e CEFET
2005	2.165	176	114	1.842	33
2006	2.270	178	119	1.940	33
2007	2.281	183	120	1.945	33
2008	2.252	183	124	1.911	34
2009	2.314	186	127	1.966	35
2010	2.378	190	126	2.025	37
2011	2.365	190	131	2.004	40
2012	2.416	193	139	2.044	40
2013	2.391	195	140	2.016	40
2014	2.368	195	147	1.986	40

Fonte: BRASIL/MEC/INEP.

Assim, esse movimento de busca das universidades por parte dos jovens oriundos de famílias sem tradição em instrução superior, ou mesmo de adultos em busca de melhores oportunidades profissionais, cria um fenômeno que impulsiona fortemente o crescimento da educação superior no país (CUNHA, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou o contexto histórico da educação superior no Brasil. Neste sentido, o trabalho visou caracterizar a origem e a expansão dessa importante área no país, contextualizando o surgimento das primeiras universidades na Europa e nas Américas.

Nesse contexto, a história nos revela uma inserção extremamente tardia das universidades no Brasil (somente em 1920), em oposição ao surgimento da primeira universidade na Europa (Universidade de Bolonha em 1088) e nas Américas (Universidade de Santo Domingo em 1538).

Além disso, a educação superior no país é caracterizada pela forte resistência à criação das universidades, desde o período do Brasil Colônia até a Primeira República. Com o surgimento da Universidade do Rio Janeiro, rompem-se as barreiras e a educação superior se expande significativamente; caracterizada, principalmente, pela união de faculdades pré-existentes, com exceção da UnB (primeira a não ser criada nesse modelo).

As últimas décadas foram marcadas por forte expansão do setor privado, principalmente a partir do período de Ditadura Militar, enquanto que a expansão no setor público foi bem mais lenta. Assim, apesar do histórico atraso na inserção das universidades no Brasil, os números demonstram uma importante evolução na expansão da educação superior, nos últimos anos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Francisco Vidal; COSTA, Alexandre Marino; COSTA, Danilo de Melo. Financiamento Público e Expansão da Educação Superior Federal no Brasil: o REUNI e as Perspectivas para o REUNI 2. **Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/1983-4535.2013v6n1p106/23989>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- BENINCÁ, Dirceu. **Universidade e Suas Fronteiras**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- BOAVENTURA, Edivaldo. M. **A construção da Universidade Baiana: Origens, Missões e Afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BOTONNI, Andrea; SARDANO, Edélsio de Jesus; FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. Uma Breve História da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. **Gestão Universitária: Os caminhos para a excelência**. Sonia Simões Colombo (org.). Porto Alegre: Penso, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Portal do INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CUNHA, Maria Couto. **A Dinâmica dos Fatores Condicionantes da Criação de Cursos de Educação Superior no Estado da Bahia**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, 2002, 215p.
- FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. v. 1.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Eustáquio. **O Mandarim: História da Infância da Unicamp**. São Paulo: Editora Unicamp, 2006.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LOPES, J. Leite. A Universidade no Brasil: Evolução e Ação Social. **Revista Adusp**. São Paulo. 2002. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/25/r25a07.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cir. Bras. [online]. 2002, vol.17, supl.3, p. 04-06. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

- MIRANDA, Marta Rosa Farias de Almeida. **Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação). Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 229p.
- OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.
- PIMENTA, Lúcia. Boaventura. **Processo Decisório da Universidade Multicampi: Dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 211p.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ROMUALDO, Cláudio. O Ensino Superior e o Cenário do Curso de Administração no Brasil: Uma Análise Crítica. **Revista Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, fev. 2012, p. 105-123.
- SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808–1990**. Documento de Trabalho NUPES, 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.
- SIMÕES, Maria Leite. O Surgimento das Universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/download/17783/10148>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- SOUZA, José Geraldo de. Evolução Histórica da Universidade Brasileira: Abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, PUCCAMP, Campinas, V. 1, n.1, p. 42.58, Agosto/1996.
- TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.50, n. 111, jul./set. 1968. p. 21-82. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>>. Acesso em: 26 mai. 2016.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **O Que é Universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.